



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE IBATÉ

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001171-96.2016.8.26.0233**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Obrigações**
 Requerente: **José Lazaro Nascimento Junior Som - Me**
 Requerido: **PREFEITURA MUNICIPAL DE IBATÉ**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Eduardo Cebrian Araújo Reis**

Vistos.

JOSÉ LAZARO NASCIMENTO JÚNIOR SOM ME ajuizou Ação de Obrigação de Fazer em face do **MUNICÍPIO DE IBATÉ**, alegando, em síntese, que no ano de 2012 teve declarada sua inidoneidade nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei 8.666/93. Relata que passados mais de dois anos da declaração, solicitou, administrativamente, sua reabilitação, o que não foi atendido. Pugna pela decretação da reabilitação, com a exclusão de seu nome do rol dos apenados e comunicação ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Requeru tutela antecipada. A inicial veio acompanhada dos documentos de fls. 06/13.

A tutela antecipada foi indeferida (fls. 15).

Citado, o requerido apresentou contestação (fls. 25/31), arguindo que o Processo Administrativo nº. 278/2012 apurou a prática de ilícito na Tomada de Preços nº. 28/2011 e aplicou as seguintes sanções ao autor: a) multa equivalente a 10% do valor do contrato, que corresponde a R\$26.700,00; b) suspensão temporária para participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de dois anos; c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração pelo prazo de dois anos. Sustenta que o autor não pagou a multa, situação que enseja a manutenção da pena aplicada. Contrapôs os argumentos lançados na inicial e pugnou pela improcedência da ação (fls. 25/31). Juntou documentos (fls. 32/249).

Sobreveio réplica (fls. 252/253).

Instados à especificação de provas, o requerido pugnou pela produção de prova oral; o requerente postulou a produção de prova oral e documental (fls. 256/257).

O feito foi saneado, designando-se audiência de instrução e julgamento (fl. 258).

Rol de testemunha do autor à fl. 260 e do réu à fl. 261.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE IBATÉ

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Na solenidade procedeu-se à oitiva de uma testemunha. Na sequência, o feito foi sobrestado pelo prazo de 15 dias, sendo, após, determinada apresentação de alegações finais (fl. 263).

O autor as apresentou às fls. 270/271 e o réu às fls. 272/277, instruindo com documentos (fls. 278/284).

É o relatório. DECIDO.

A ação é procedente.

Com efeito, o inciso IV do artigo 87, da Lei 8.666/93 prevê que a reabilitação seja concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após o decurso do prazo da sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, cujo termo foi definido em dois anos.

Não restou demonstrado nos autos que a atuação do autor tenha gerado prejuízos a serem restituídos ao Município. A ausência de pagamento da pena de multa não subordina a reabilitação, cujo requisito aplicável, na hipótese, é o temporal. Não se pode presumir que os prejuízos estejam representados pela aplicação da multa.

Nesses termos, a lei é clara em distinguir penalidade de prejuízo, não cabendo ao intérprete tratar os dois institutos como idênticos. Se a intenção do legislador fosse esta, teria expressamente condicionado a reabilitação ao pagamento da multa aplicada, não ao ressarcimento dos prejuízos. Se não o fez, não há que se interpretar de forma diversa, mormente na hipótese de gerar danos ao licitante.

Ademais, extrai-se do processo administrativo que na aplicação das penalidades a Administração não discriminou quaisquer prejuízos sofridos, tão somente aplicando a pena de multa, suspensão temporária de participar em licitações e declaração de inidoneidade, pelo prazo de dois anos (fl. 241).

Assim, não havendo comprovação de prejuízos, não há falar-se em ressarcimento dos mesmos. Vale ressaltar que a inadimplência da sanção de multa poderia ser cobrada em ação promovida pelo Município em face do autor.

Registra-se, ainda, através do documento de fl. 249, que houve o decurso do prazo de dois anos da declaração de inidoneidade (03/05/2012), restando comprovado o requisito temporal previsto no artigo 87, inciso IV da Lei 8.666/93.

Insta salientar que o teor do depoimento da testemunha ouvida em juízo limitou-se à averiguação de validade do processo administrativo que impôs às penalidades ao autor, o que deverá ser pleiteado em ação própria.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE IBATÉ

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido, e o faço para decretar a reabilitação de JOSÉ LAZARO NASCIMENTO JÚNIOR SOM – ME, nos termos do artigo 87, IV, da Lei 8.666/93, devendo o Município de Ibaté solicitar ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo a exclusão do autor do rol dos apenados.

Arcará o requerido com as custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios que fixo em R\$ 800,00, com fundamento no artigo 85, §8º, do Código de Processo Civil.

Interposta apelação, intime-se para apresentação de contrarrazões e subam os autos à Superior Instância com as cautelas de estilo e as nossas homenagens.

P.I. Oportunamente, arquivem-se.

Ibaté, 11 de dezembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**